

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Giddens, Anthony, 1938-

G3851 A terceira via e seus críticos / Anthony Giddens;
tradução de Ryrta Vmagre. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

Tradução de: The third way and its critics

Inclui bibliografia
ISBN 85-01-06016-X

1. Pós-comunismo. 2. Socialismo. 3. Estado-providência.
4. Direita e esquerda (Ciências sociais). I. Título.

CDD – 909.828

CDU – 93

01-0603

Título original em inglês:
THE THIRD WAY AND ITS CRITICS

Copyright © 2000 by Anthony Giddens

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.
Proibida a venda desta edição em Portugal e resto da Europa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil adquiridos pela
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 585-2000
que se reserva a propriedade literária desta tradução

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-06016-X

PEIDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL,
Caixa Postal 23.052
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970



Sumário

<i>Prefácio</i>	7
<i>Agradecimentos</i>	9
1. A terceira via e seus críticos	11
2. A social-democracia e a terceira via	35
3. O governo, o Estado e a estratégia econômica	61
4. A questão da desigualdade	89
5. A globalização levada a sério	125
<i>Conclusão</i>	165
<i>Bibliografia da terceira via</i>	171
<i>Índice</i>	183

peridade econômica: ela não tem como agüentar se houver um declínio econômico.

6. Assim como suas duas principais rivais, não possui um meio eficaz de enfrentar as questões ecológicas, apenas as reconhece. Ao admitir a globalização, a política da terceira via aquiesce com as conseqüências destrutivas que o desenvolvimento da economia mundial tem para o ambiente. Ao endossar a mudança tecnológica, a terceira via demonstra sua indiferença para com os danos ecológicos. Hoje o desenvolvimento científico e tecnológico é amplamente impulsionado pelas grandes empresas, que sempre colocarão os lucros à frente das questões ambientais. A ligação entre as grandes corporações e a inovação científica é muito mais preocupante do que costuma ser, dada a natureza profunda das descobertas científicas que estão sendo feitas agora, tal como no campo das ciências da vida. O único meio de abordar tais desenvolvimentos, segundo dizem muitos escritores ecológicos, é através de uma perspectiva acauteladora. Devemos reifear a inovação científica até que estejamos certos de suas prováveis conseqüências.

2

A social-democracia e a terceira via

Pergunta Dahrendorf: por que falar em “terceira via”, considerando que a expressão foi empregada com tanta freqüência em épocas anteriores e possui uma origem questionável? Em resposta a esta indagação, deve-se enfatizar que nada, na verdade, sustenta a expressão “terceira via”.¹ Outras podem substituí-la — neste texto usarei “a esquerda modernizadora” e “social-democracia modernizadora” como sinônimos para ela. Acredito, contudo, que vale a pena manter “terceira via”, porque a expressão é hoje muito mais conhecida do que já foi um dia.

A política da terceira via trata sobretudo de um esforço para reagir à mudança. Na década de 1980, na mesma época em que trabalhava em sua interpretação do *thatcherismo*, Stuart Hall formulou uma análise dos “Novos Tempos” que previu a necessidade de transformação da política socialista. Uma nova era está chegando, marcada por uma mudança da produção indus-

¹Anthony Giddens, *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998, pp. 24-6. [Ed. bras.: *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.]

trial para a tecnologia da informação, pelo declínio da importância da política de classe e pelo aumento das opções no consumo, no estilo de vida e na sexualidade.² Os Novos Tempos significam que todo um legado de pensamento socialista e social-democrata deve ser remodelado.

Todavia a própria fórmula política de Hall, no modo como foi detalhadamente explicada, parece repetir, sem alterações, as doutrinas da esquerda tradicional. A política de centro-esquerda, diz ele, preocupa-se sobretudo com a provisão coletiva para se opor às desigualdades e instabilidades produzidas pelos mercados. O capitalismo é o problema, e o objetivo da esquerda deve ser engordar o Estado e sua receita com impostos a fim de controlá-lo e a seus *agents provocateurs*, as grandes corporações.

Mas isto leva à idéia de que os Novos Tempos jamais existiram. Os Novos Tempos e a Velha Esquerda não podem ter e não têm relação mútua. O objetivo da política da terceira via, no meu entender, é levar a cabo as implicações políticas dos Novos Tempos, reconhecendo que isto significa que as posições e políticas estabelecidas da esquerda têm de ser profundamente reavaliadas. Se os social-democratas querem ter uma influência real no mundo, suas doutrinas devem ser repensadas de forma tão radical quanto foi feito meio século atrás, quando a social-democracia originalmente rompeu com o marxismo.

Depois de 1989, não podemos ver a esquerda e a direita como as víamos antes. Nem os social-democratas podem mais ver o capitalismo ou os mercados como a fonte da maior parte dos problemas que cercam as sociedades modernas. O governo e o Estado estão na origem dos problemas sociais tanto quanto os mercados. A política da terceira via também procura se basear na ligação essencial de 1989 e dos anos seguintes — o fato de que

uma forte sociedade civil é necessária tanto para um governo democrático eficaz quanto para um sistema de mercado que funcione adequadamente.

Propenho considerar os argumentos dos críticos de forma inversa. A política da terceira via — a social-democracia modernizadora — pode desenvolver um programa político que seja integrado e forte. Longe de deslocar a justiça social e a solidariedade, a política da terceira via, afirmo, representa o único meio eficaz de buscar, hoje, a consecução destes ideais. Longe de ser incapaz de lidar com questões de desigualdade e poder corporativo, ela é a única abordagem que pode fazê-lo no contexto do mundo contemporâneo. O artigo de Blair-Schröder podia ter logrado este intento, e tê-lo desenvolvido, com bastante facilidade. Infelizmente ele não o fez.

A política da terceira via não despreza a esfera pública: ela proporciona os meios de reconstruir e renovar as instituições públicas, um de seus principais objetivos. Além disso, em vez de simplesmente aceitar a globalização como uma verdade absoluta, a terceira via sugere políticas que respondam a ela de forma sofisticada. As visões alternativas da globalização, incluindo a perspectiva dos críticos da velha esquerda, não estão à altura da tarefa. O debate sobre a globalização está profundamente ligado a questões e problemas ecológicos. Em lugar de tratar estas questões como secundárias, a política da terceira via as vê como fundamentais para as novas questões políticas. A principal diferença entre a velha esquerda e a esquerda modernizadora não é que uma preserve os valores de esquerda enquanto a outra os abandonou. A diferença é que os defensores da política da terceira via afirmam que é necessário muito mais revisão das doutrinas da social-democracia para que aqueles valores admitidos pela velha esquerda se sustentem.

A expressão “terceira via” pode ter sido reintroduzida na po-

²Stuart Hall e Martin Jacques, *New Times*. Londres: Lawrence & Wishart, 1989.

lítica a partir de um contexto anglo-saxão, mas quero afirmar categoricamente que a política da terceira via não é um projeto distintamente anglo-saxão. Tuomioja está inteiramente correto em apontar que algumas políticas dos Novos Democratas e do Novo Trabalhismo foram desenvolvidas anteriormente no continente europeu. Desde meados da década de 1980, as principais mudanças políticas foram realizadas por partidos social-democratas continentais — e por muitos outros em diferentes partes do mundo. O neoliberalismo não substituiu outras formas de conservadorismo na Europa continental, todavia estava em toda parte na vanguarda ideológica. No continente europeu, como nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, os social-democratas estavam preocupados em reagir a esses argumentos. Quando o fizeram, e procuraram resistir ao desafio neoliberal, descobriram que era necessário se afastar das posições e políticas anteriores.

Aqueles que estavam construindo um novo ponto de partida para o Partido Trabalhista no Reino Unido tinham consciência desses paralelos. Os esquemas de *welfare* para o trabalho, por exemplo, que são uma importante característica da política do Partido Trabalhista, não se detiveram somente na experiência americana, mas também na da Europa continental. Uma das principais figuras envolvidas na modelagem da política de *welfare* para o trabalho no Reino Unido, o economista Richard Layard, baseou suas idéias tanto nas políticas suecas quanto naquelas provenientes dos Estados Unidos.³

Há muitos outros desenvolvimentos convergentes. As reformas do *welfare* e do mercado de trabalho introduzidas na Dinamarca em 1993-94 diferem significativamente das que foram realizadas na Grã-Bretanha, mas há muitos aspectos em que as reformas se sobrepõem. A “economia negociada” dinamarque-

sa, o muito discutido “modelo popular” nos Países Baixos e muitas outras mudanças em andamento na social-democracia da Europa continental são de relevância direta para a política da terceira via. A modernização da social-democracia é um processo contínuo, e diferentes países estão chegando a ela de diferentes pontos de partida e com variados tipos de inovação política.

Alguns sugeriram que várias “terceiras vias” diferentes podem ser distinguidas. Um recente trabalho da Comissão de Valores Básicos do Partido Social-Democrata alemão, por exemplo, distingue quatro diferentes “terceiras vias” na Europa.⁴ Uma é a abordagem “orientada para o mercado” assumida pelo Novo Trabalhismo. A abordagem holandesa é “orientada para o mercado e o consenso”. A Suécia está trilhando o caminho do “*welfare state* reformado”, conservando grande parte da continuidade de seu passado. A continuidade do desenvolvimento é também aparente na França, que está se afeerrando à “via liderada pelo Estado”. Contudo penso que seria mais exato falar de um único e amplo fluxo de pensamento da terceira via, para o qual os vários partidos e governos estão contribuindo.

A política da terceira via, como compreendida de qualquer forma aqui, é uma tentativa de levar a cabo as reformas já iniciadas dos processos da social-democracia e oferecer uma estrutura dentro da qual estes processos podem ser ajustados. Os Novos Democratas e o Novo Trabalhismo têm muito a contribuir para este esforço. Ter experimentado um governo neoliberal de forma “vigorosa” é uma das razões para isso. Os êxitos eleitorais de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher levaram a esquerda, ou parte dela, nos Estados Unidos e no Reino Unido, a estar mais preparada para questionar suas ortodoxias do que suas contrapartes em países onde não houve longos períodos de governo neoliberal.

³Richard Layard, *How To Beat Unemployment*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

⁴Grundwertekommission beim Parteivorstand der SPD, *Dritte Weg* — *Neue Mitte*. Berlin, 1999.

A social-democracia tem tido de se transformar para sobreviver, mas os social-democratas devem estar preparados para inovar ainda mais se quiserem prosperar. As mudanças estruturais a que todos os partidos políticos devem se adaptar são de longo alcance. Assim, não identífico a política da terceira via com o programa político de nenhum partido ou país em particular. Em vez disso, estou preocupado em detalhar o que uma estrutura para a política de centro-esquerda pode representar na era contemporânea, concentrando-me particularmente nas áreas problemáticas a que os críticos fizeram referência. Como afirmaram os novos progressistas americanos, a terceira via implica um programa completo de modernização política. Ela procura modernizar o Estado e o governo, incluindo o *welfare state*, além da economia e de outros setores da sociedade. “Modernização” aqui significa reformar as instituições sociais para fazer frente às demandas de um sistema de informação globalizante. Isto certamente não se identifica apenas com o desenvolvimento econômico.

A política da terceira via não é uma continuação do neoliberalismo, mas uma filosofia política alternativa a ele. Os social-democratas, como enfatizei anteriormente, precisam superar algumas de suas preocupações e temores relacionados com os mercados. Mas a idéia neoliberal de que os mercados em quase toda parte devem tomar o lugar dos bens públicos é ridícula. O neoliberalismo é uma abordagem profundamente falha à política, porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas consequências sociais das decisões baseadas no mercado. Os mercados não podem sequer funcionar sem uma estrutura social e ética — que eles próprios não podem proporcionar. Nem a crença de que o enriquecimento dos ricos favorece a todos nem um *welfare state* mínimo são capazes de proporcionar os bens sociais que uma sociedade satisfatória deve incluir.

Todavia ela não fará, como sugerem os escritores da velha

esquerda, meramente uma contraposição entre Estado e mercados. Nem sempre os mercados aumentam a desigualdade; eles podem às vezes servir de meio para superá-la. Além disso, enquanto o governo ativo é necessário para promover políticas igualitárias, a esquerda tem de aprender a reconhecer que o próprio Estado pode produzir desigualdade, bem como ter outros efeitos contraproducentes sobre a vida dos indivíduos — mesmo quando é reconhecidamente democrático e motivado por boas intenções. Até nas formas mais desenvolvidas, o *welfare state* nunca foi genuinamente bom. Todos os Estados de bem-estar social criaram problemas de dependência, risco moral, burocracia, formação de grupos de interesse e fraude.

Afirmar que os Novos Democratas e o Novo Trabalho foram pioneiros em algumas idéias e políticas essenciais da política da terceira via não implica tomar os Estados Unidos ou o Reino Unido como modelos a serem seguidos pelos social-democratas da Europa continental. Ambos os países têm instituições públicas e infra-estruturas inferiores àquelas dos países da Europa continental. Com algumas qualificações importantes a serem discutidas mais tarde, cada um deles tem níveis inaceitavelmente altos de desigualdade econômica. Mas não podemos continuar afirmando, como parece pensar Tuomioja, que os *welfare states* mais avançados podem descansar sobre seus louros. Na ausência de uma reforma mais ampla, eles provavelmente serão mais vulneráveis às mudanças que estão acontecendo agora do que os países “mais atrasados” na escala do *welfare*.

A esquerda e o mercado

Muitos membros da esquerda mais tradicional aceitariam a visão de Hall de que a esquerda é definida por sua preocupação com os

perigos do mercado, cujos excessos precisam constantemente ser refreados pelo Estado. Entretanto hoje esta idéia está se tornando arcaica. A esquerda deve se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento social. A esquerda reformista há muito tem aceitado que os mercados têm importância junto com o governo, mas no passado esta concepção foi admitida de má vontade. Como afirmou um observador, a esquerda ainda procurava "substituir os fundamentos de uma economia de mercado pelo controle centralizado do governo; substituir a competição do mercado pela proteção estratégica; substituir o mecanismo de preços pelos planos industriais; e substituir os lucros impulsivos pelo mercado pela liberalidade de subsídios públicos e acordos especiais".⁵

No rastro da dissolução do comunismo, ninguém mais se manifesta pela interdição dos mercados na maioria das áreas da economia. É mesmo difícil lembrar que esta idéia foi considerada de forma tão ampla como um objetivo sensato e mesmo necessário. Todavia, uma vez que muitos partidários da esquerda ainda nutrem estas profundas dúvidas sobre os mercados, vale a pena apontar o que os mercados realizam.

Os mercados têm, ou podem ter, resultados benéficos que vão além da eficiência da produção. Uma economia de mercado bem-sucedida tem um "currículo oculto" importante. Se adequadamente reguladas, as trocas de mercado são essencialmente pacíficas. As relações de mercado têm sido impostas freqüentemente pelo uso da força. Todavia, uma vez que uma economia de mercado tenha se estabelecido, as pessoas que permanecem em relacionamentos de troca têm poucos motivos para recorrer à força. O "capitalismo de gângster", onde a busca de

renda econômica é apoiada pelo uso de violência, é uma forma especificamente anormal e instável de estrutura de mercado.

Além disso, as relações de mercado permitem que os consumidores escolham livremente, pelo menos onde há concorrência entre vários produtores. Apesar da influência da propaganda e de outras tentativas, por parte dos produtores, de moldar gostos e necessidades, este direito de escolher existe. Os mercados podem também favorecer atitudes responsáveis, uma vez que os participantes precisam calcular as prováveis rendas de suas atividades, quer sejam produtores ou consumidores. Este fator ajuda a explicar outros aspectos do potencial de liberalização dos mercados, já que as decisões que os indivíduos tomam não são determinadas por comandos autoritários ou pela burocracia.

Uma economia de mercado bem-sucedida gera muito mais prosperidade do que qualquer sistema rival. Na verdade, não há sistema rival em nenhum outro lugar, exceto em economias pós-comunistas residuais. Uma razão principal para o sucesso econômico das trocas de mercado é que os mecanismos de mercado proporcionam sinais contínuos para os produtores, comerciantes e consumidores. As economias de comando não foram capazes de oferecer estes ajustes contínuos.

Aceitar tudo isso não implica seguir uma linha neoliberal. A dependência excessiva dos mecanismos de mercado deve ser evitada por motivos óbvios. Os mercados reagem aos desejos dos consumidores, mas quando o fazem podem comprometer outros desejos ou necessidades. Os mercados podem engendrar um comercialismo que ameaça outros valores da vida. Sem controles externos, os mercados não possuem mecanismos de restrição — nada há nas trocas de mercado que limite o que pode ser comercializado. Além disso, os padrões éticos, ou padrões de preferências, devem ser trazidos de fora — de uma ética pública, garantida pela lei.

⁵Mark Latham, "Economic policy and the third way". *Australian Economic Review* 31/4 (1998): 384-98, 392.

Combinada com a energia empresarial, uma economia de mercado é muito mais dinâmica do que qualquer outro tipo de sistema econômico. Todavia este dinamismo, intrínseco à criação de riqueza, gera grandes custos sociais que os mercados, sozinhos, não podem enfrentar — tal como a ruptura social causada pela perda de emprego resultante do colapso econômico ou da mudança tecnológica. Nem podem os mercados nutrir o capital humano que eles próprios requerem — o governo, as famílias e as comunidades devem fazê-lo. As economias de mercado geram externalidades, cujas implicações sociais devem ser administradas por outros meios. Os danos ambientais, por exemplo, não podem ser enfrentados puramente pelos mecanismos de mercado.

Por fim, os mercados não são auto-reguladores. Sua tendência à flutuação cíclica precisa ser limitada por intervenção externa, assim como sua tendência a criar monopólios. As duas são relacionadas, uma vez que em épocas de dificuldade econômica as empresas podem tentar se fundir ou se consolidar. Contudo o monopólio também pode surgir do próprio processo de competição. Os protagonistas econômicos com frequência procuram estabelecer monopólios ou cartéis, porque isso os protege de rivais potencialmente perigosos. Organismos externos são necessários para impor a concorrência.

Em *Peddling Prosperity*, Paul Krugman intitulou um de seus capítulos de “No final das contas, Keynes ainda vive”.⁶ O título é adequado. O declínio do neoliberalismo como filosofia política foi acompanhado de uma influência retrógrada das teorias econômicas que o inspiraram. As idéias dos novos keynesianos nos permitem entender melhor como funciona a economia moderna, particularmente em sua forma mais avançada, a economia financeira global. As seqüências subótimas podem

acontecer em qualquer setor de mercado como resultado da interação de mercados imperfeitamente competitivos com as atitudes pouco racionais dos indivíduos. Em algumas situações, tal como naquelas encontradas nos mercados financeiros, as seqüências podem ser extremas. A tendência dos mercados financeiros em direção à crise é estrutural e precisa ser enfrentada com intervenção colaborativa.

Adversários e inimigos

Quaisquer que sejam as políticas seguidas por um governo, a política da terceira via, por uma questão de princípio, não deve ser complacente ou conivente com o poder. Há grupos de interesse, e grupos de poderosos, que qualquer governo de centro-esquerda que tenha dignidade deve enfrentar, intimidar ou regulamentar. A luta para sustentar e estender os mecanismos democráticos, controlar o poder corporativo e proteger as minorias culturais é fundamental para a terceira via, como o foi para as formas anteriores de social-democracia.

Devemos ser cuidadosos, contudo, em separar estas questões da “redenção política” que subsiste entre os membros da velha esquerda e os da direita neoliberal. A política da esquerda tradicional era — e é — fundamentada na descoberta e na confrontação dos “maus” — os adversários, como os chama Stuart Hall. Os maus são os capitalistas, os mercados, as grandes corporações, os ricos ou os Estados Unidos com suas ambições imperialistas. A direita, é claro, tem sua própria coleção de maus — o governo inchado, os relativistas culturais, os pobres, os imigrantes e os criminosos. Neutralize ou livre-se dos maus e tudo ficará bem. Mas não há uma fonte concentrada dos males do mundo: temos de deixar para trás a política da redenção.

⁶Paul Krugman, *Peddling Prosperity*, Nova York: Norton, 1995.

Temos de abandonar também a ideia de que esquerda e direita são a única e suprema linha divisória na política. Esquerda e direita certamente não desaparecerão, mas a divisão entre elas tem um poder menor do que se costuma pensar. Na ausência de um modelo salvador, estar à esquerda é principalmente uma questão de valores. A esquerda não deve ser definida em termos de sua hostilidade para com os mercados.

A questão de quais seriam exatamente os valores da esquerda, e como eles diferem dos da direita, tem por si só sido matéria de um longo debate. O mais convincente escritor dos últimos anos sobre este tema, Norberto Bobbio, descreve-os da seguinte maneira.⁷ Ser de esquerda é estar preocupado com a redução da desigualdade — definindo de forma mais positiva, com a busca de justiça social. Outros valores de esquerda, como a cooperação social e a proteção dos fracos, originam-se desta eterna preocupação.

Neste sentido, a política da terceira via é inequivocamente uma política de esquerda. Mas o ponto exato onde deve ser traçada a linha entre esquerda e direita mudou, e há muitas questões e problemas políticos que não se ajustam claramente a uma dimensão esquerda/direita. É um erro fundamental tentar espelhar as duas formas. A divisão entre esquerda e direita refletiu um mundo onde se acreditava amplamente que o capitalismo podia ser transcendido, e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política. Nenhuma destas condições é pertinente agora. O “radicalismo” não pode mais ser equacionado com “ser de esquerda”. Ao contrário, isto freqüentemente significa um rompimento com as doutrinas estabelecidas de esquerda que perderam seu poder de barganha no mundo.

Tome como exemplo o debate sobre as pensões. Na consideração da reforma do sistema de pensões, as questões de justiça social

e proteção são muito importantes: como podemos assegurar que os mais velhos não vivam na pobreza? Como podem os sistemas de *welfare* ser mais bem projetados para proporcionar cuidados com os idosos e inválidos? Todavia muitas das mais importantes questões acerca do envelhecimento nada têm a ver com justiça social, e pensar as pensões de forma radical envolve colocá-las em primeiro plano.⁸ O envelhecimento é um processo muito mais diverso e ativamente modelado do que se costuma pensar — da mesma forma que em outras áreas da vida na era da globalização, onde um “idoso” é uma pessoa mais aberta e negociável. Mesmo o corpo não “envelhece” mais passivamente, podendo ser influenciado por hábitos, alimentação e o modo como uma pessoa encara a vida.

Pensar radicalmente em envelhecimento significa considerar, por exemplo, se as pensões, ou as idades fixas para a aposentadoria, devem *mesmo* existir. As pensões, afinal, são uma invenção do *welfare state*, e elas são essencialmente apenas uma forma de poupança. Por que os idosos não devem ter um direito estatutário ao trabalho? A expectativa de que os idosos tenham de receber cuidados de um Estado cria uma cultura de dependência tão nociva quanto qualquer outra.

Estas questões, como muitas outras que temos de enfrentar hoje em dia, referem-se à “política da vida”, em lugar de às “políticas emancipatórias” da esquerda.⁹ A política da vida trata de como devemos responder a um mundo em que a tradição e o costume estão perdendo sua influência em nossa vida, e onde a ciência e a tecnologia alteraram grande parte do que costumava ser “natural”. Quase todas essas transformações suscitam questões éticas ou de valor, mas não estão relacionadas somente com justiça social. O envelhecimento é um bom exemplo. Temos de

⁷Peter G. Peterson, *Gray Dawn*. Nova York: Random House, 1999.

⁹Anthony Giddens, *Beyond Left and Right*. Cambridge: Polity Press, 1994.

considerar problemas tais como o do papel adequado dos idosos em uma sociedade onde o significado do envelhecimento está mudando, qual deve ser o relacionamento entre as gerações e uma diversidade de outros problemas.

O fato de que esquerda e direita têm hoje um valor menor do que se costuma pensar é também corroborado pelo propósito dos levantamentos que investigam a opinião do eleitorado. Os “Novos Tempos” são muito evidentes aqui. Nos países industrializados, e de certa forma em todo o mundo, o que alguns cientistas políticos chamam de uma “nova cultura política” está surgindo em resposta à mudança social e econômica. A nova cultura política diverge do modelo tradicional de política de classe. Foi este último modelo que serviu de base para o socialismo e a social-democracia, e que fundamentou as concepções tradicionais de capital e de mão-de-obra assalariada.

Terry Nichols Clark enumera várias características da nova cultura política, reveladas por uma pesquisa realizada em um amplo leque de sociedades industrializadas, incluindo os países da União Européia, os Estados Unidos, o Japão e a Austrália.¹⁰

1. A divisão esquerda/direita, aos olhos de muitos cidadãos, tornou-se mais uma diferença de valores do que de preocupações com questões como controle dos meios de produção ou o papel do governo na reforma social. As questões fiscal e social são explicitamente distintas, de tal forma que a opinião dos cidadãos sobre a primeira não pode ser deduzida a partir das idéias a respeito da segunda. À medida que a política de classes é substituída pela nova cultura política, divergem a crença na intervenção governamental na vida econômica, por um lado, e as atitudes

sociais, por outro. Mais pessoas que antes se opõem a intervenções “demais” do governo em suas vidas, embora apóiem outros aspectos de um programa “de esquerda”, especialmente em questões de liberdade pessoal e sexual.

2. Na nova cultura política, o “liberalismo de mercado”, que costuma ser associado a partidos de direita, carinha junto do “progressismo social” — que se acreditava pertencer à esquerda. Novas combinações de preferências políticas surgem destes alinhamentos em transformação. À medida que cresce a afluência, o estilo de vida ganha importância se comparado com preocupações econômicas ou fiscais — tanto entre os mais ricos, como também entre os grupos mais pobres. A segurança no emprego, por exemplo, parece ter menos importância do que no passado: a que ponto um tipo particular de emprego se ajusta às aspirações mais amplas conta agora mais do que antes.

3. A nova cultura política é cética em relação às grandes burocracias e se opõe ao clientelismo político. Muitos cidadãos vêem os governos local e regional como capazes de atender a suas necessidades de forma mais eficaz do que o Estado nacional. Eles apóiam um papel crescente de organismos voluntários não lucrativos na prestação de serviços públicos. A hierarquia é vista com suspeita, como o são os símbolos tradicionais e a ostentação de poder.

4. A nova cultura política é mais disseminada entre os jovens, os mais instruídos e os mais abastados, mas está se tornando a perspectiva da maioria. As divisões socioeconômicas tendem a se concentrar mais em uma separação entre grupos sociais cosmopolitas e comunidades interioranas, onde as pessoas ou mantêm atitudes de classe mais tradicionais ou se sentem muito alienadas do processo político. A nova cultura política pode ser obser-

¹⁰Terry Nichols Clark e Vincent Hoffman-Martinot, *The New Political Culture*. Boulder, CO: Westview, 1998.

vada tanto em sociedades européias com fortes tradições de social-democracia, como a Escandinávia, quanto nos Estados Unidos e no Reino Unido.

5. Tais mudanças nas atitudes, que criam um conjunto muito maior de eleitores “não comprometidos” do que o habitual, refletem as profundas transformações na estrutura de classe. Há apenas uma geração 40-50% da força de trabalho nas sociedades industrializadas estavam empregados em trabalho manual, concentrados no setor de fabricação. Agora este setor compreende menos de 20% da força de trabalho na maioria dos países, e a proporção ainda está caindo. As relações de classe que costumavam ser tão estreitamente relacionadas com as divisões políticas entre esquerda e direita estão desaparecendo de vista.

Estas descobertas fundamentam a preocupação da política da terceira via com o centro político. Para quem acredita que todos os problemas políticos se dividem entre esquerda e direita, o centro é desinteressante — é o campo neutro entre posições claramente definidas de cada lado. Uma política que apele para o centro está fadada a ser uma política de compromisso. Quando os políticos de terceira via falam de movimento para o centro, ou de “o novo centro”, aqueles da esquerda mais tradicional reagem com um certo escárnio. Em particular, eles ridicularizam a sugestão de que pode haver um “centro radical” ou um “centro ativo”.

Stuart Hall fala com menosprezo da tentativa por parte do Novo Trabalhismo de alcançar a “Inglaterra média”, mas foi assim que o partido obteve a vitória. Isto não aconteceu à custa dos eleitores do interior, como implica Hall — sua maioria naquelas áreas aumentou. Além disso, a pesquisa atual mostra que os grupos de classe média não são de modo algum “tradicionalistas”. A

classe média está se tornando internamente heterogênea. Aquelles grupos que tendem a ser mais estreitamente identificados com a nova cultura política são “trabalhadores conectados” — o cada vez maior setor “infotech” da classe média. Os “conectados” são pessoas que trabalham com seus computadores a maior parte do dia, em locais não hierárquicos, e que estão envolvidas em atividades de solução de problemas em vez de realizar tarefas repetitivas. De acordo com algumas estimativas, eles agora formam cerca de um terço da força de trabalho nos países da União Européia, e uma proporção cada vez maior nos Estados Unidos.

Um interesse no centro não deve ser interpretado ingenuamente, como fazem os críticos, como uma renúncia ao radicalismo ou aos valores da esquerda. Muitas políticas que podem de forma bastante adequada ser chamadas de radicais transcendem a divisão esquerda/direita. Elas exigem, e pode-se esperar que o tenham, apoio de todas as classes — políticas em setores, por exemplo, como a educação, a reforma do *welfare*, a economia, a ecologia e o controle da criminalidade. Se os social-democratas não conseguem se dedicar a estas questões — especialmente no contexto da globalização e da mudança tecnológica —, suas vitórias eleitorais serão temporárias. Uma questão básica, claramente, é: estas políticas são compatíveis com a melhoria da massa de desprivilegiados? Acredito que sim, e por motivos que darei mais tarde.

Política da terceira via e conservadorismo moral

Os “políticos da terceira via original”, Bill Clinton e Tony Blair, não se deram ao trabalho de demonstrar brandura para com o crime. Além disso, eles falam categoricamente para a família. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, as mães solteiras foram alvo de esquemas de *welfare* para o trabalho. Tony Blair afirmou que,

sem que haja outras diferenças, as famílias em que ambos os pais estão presentes são o melhor ambiente social para a criação dos filhos. Como este tipo de coisa, como afirmam os críticos, se relaciona com um ataque à liberdade e à tolerância?

Eu não acredito nisso — pelo menos, novamente, por uma questão de princípios. Precisamos fugir das visões unilaterais da regulamentação defendidas pela esquerda tradicional e pelos neoliberais. Os partidários da velha esquerda são favoráveis a uma pesada intervenção do Estado na vida econômica, mas têm uma abordagem bastante diferente a áreas como a família e a sexualidade. Nestas esferas, os indivíduos devem ser livres para seguir suas próprias inclinações. No caso do crime, eles têm mostrado a tendência a localizar suas causas na desigualdade ou na pobreza, diminuindo a importância da influência da responsabilidade pessoal. Os neoliberais defendem uma visão oposta. De acordo com eles, o Estado deve deixar de interferir na economia tanto quanto possível, uma vez que o efeito da intervenção estatal é distorcer os processos racionais de mercado. Contudo, na medida em que uma atividade não econômica é afetada, uma forte regulamentação é necessária, por causa da necessidade de proteger a moralidade tradicional. Os crimes surgem de um declínio nos padrões morais, ocasionado pela primazia do individualismo na vida pessoal.

Regulamentação econômica, anarquia moral, anarquia econômica, fortes controles morais — nenhuma das combinações faz muito sentido. O governo precisa ter um papel regulador e abrangente. Na área da família, por exemplo, ele não deve simplesmente “deixar que as flores brotem livremente”. A política de família precisa ter como objetivo promover a plena igualdade de sexual na esfera doméstica, protegendo os interesses das crianças e ajudando a estabilizar a vida familiar. O pensamento da terceira via na questão da família não é favorável, ou não deve

ser, ao tradicionalismo ou ao conservadorismo. As controvérsias entre os defensores conservadores da família tradicional e os esquerdistas que celebram a diversidade têm se mostrado infu-tíferas. Nos países industrializados, a vida familiar mudou tanto que não pode haver retorno para a família tradicional comumente compreendida. O tema da modernização tem tanta aplicação aqui como em outros lugares. Aceitar isto não é endossar a idéia de que não precisamos nos preocupar com o estado da família. Helen Wilkinson assinala que

houve uma polarização pouco saudável entre liberais que afirmam o individualismo, e tendem a ter uma visão relativista dos valores e das estruturas da família, e conservadores, que falam muito de valores mas se esquecem das economias familiares. O resultado? Um impasse político. Todavia temos sido apresentados a um falso direito de escolha. Os problemas vividos pelas famílias hoje são fundamentados tanto no estresse econômico (seja de tempo ou de dinheiro) quanto na desintegração familiar. Qualquer política de família progressista deve se voltar para estas questões, ou fracassará.¹¹

A posição desenvolvida pelos Novos Democratas nos Estados Unidos marcou uma importante contribuição neste contexto. Os democratas usaram a pesquisa social para reorientar o debate sobre os valores da família. Muitos pais estão trabalhando enquanto ao mesmo tempo têm de lidar com responsabilidades domésticas. A maioria reconhece que este número de equilíbrio não pode ser realizado em estruturas familiares tradicionais. Eles estão preocupados com a instabilidade do casamento e com os rela-

¹¹Helen Wilkinson, “The family way: navigating a third way in family policy”. In *Tomorrow’s Politics: The Third Way and Beyond*, org. Ian Hargreaves e Ian Christie. Londres: Demos, 1998, pp. 112-25.

cionamentos, particularmente em seus efeitos sobre os filhos. Estas preocupações são sustentadas pela pesquisa — por exemplo, sendo todo o resto igual, os filhos, em média, saem-se bem melhor em famílias em que ambos os pais estão presentes.

Sarah McLanahan e Gary Sandefur reuniram material de quatro levantamentos nacionais e mais de uma década de investigação nos Estados Unidos e em outros países industrializados. Eles concluíram que a evidência é bastante clara: “As crianças que crescem em uma família com somente um pai biológico são piores, em média, que aquelas que cresceram em um lar com ambos os pais biológicos, independentemente da raça ou do grau de instrução dos pais, independentemente de os pais estarem casados à época do nascimento do filho, e independentemente de o genitor residente ter se casado novamente.”¹² Quando começaram seu estudo, os pesquisadores previam que os efeitos negativos da presença de um só genitor se devia na verdade à pobreza e à discriminação racial. Os resultados mostraram que este pressuposto era parcialmente verdadeiro.

Os governos devem responder a descobertas como esta. A política social para a família, como para a economia, tem de ser predominantemente de “incentivo”. Eles devem fomentar as condições em que os indivíduos sejam capazes de formar ligações estáveis com outros, especialmente onde os filhos estão envolvidos, e aceitar a responsabilidade que acompanha as liberdades contemporâneas. Grande parte da ênfase da política de terceira via aparece de forma muito direta na política familiar. Na criação de ambientes de trabalho favoráveis à família, tornando possíveis várias formas de licenças familiares remuneradas, e na criação ou manutenção de cuidados infantis de alta qualidade, as empresas e

os grupos do terceiro setor podem ter importantes papéis. Tais programas precisam com frequência estar localizados nas comunidades com as quais estão relacionados, bem como ser projetados e administrados por organismos comunitários locais.

Também é necessário que as políticas que objetivam a redução do crime estejam integradas com programas de renovação da comunidade e policiamento comunitário. Todavia não tem sentido fingir que estratégias de longo prazo para a redução do crime nos desobrigam de enfrentar a criminalidade no aqui e agora. Os políticos da terceira via têm razão em apontar a hipocrisia da esquerda tradicional nesta questão. Durante muito tempo, muitos da esquerda negaram a realidade do crime ou tentaram atribuir a criminalidade a outros problemas sociais. O trabalho dos criminologistas da “escola realista da esquerda” mudou tudo isso. Muitas das preocupações que as pessoas têm a respeito do crime são genuínas e sensatas, e requerem soluções de curto prazo.¹³

No Reino Unido, por exemplo, o crime cresceu durante o período de 1960-75, em uma época de pleno emprego e padrões de vida em elevação. E continuou sua escalada desde então. Os crimes registrados pela polícia, a medida usada com frequência, são um indicador notoriamente inconfiável. Contudo outras medidas, como o Levantamento Criminal Britânico, também mostraram que o crime estava aumentando — e que o volume real de crime é muito maior do que indicam os números oficiais. Alguns estudos no Reino Unido revelam que metade dos participantes é vítima de alguma forma de crime pelo menos uma vez no período de um ano. Estas descobertas sugerem que o crime é uma parte normal da experiência das pessoas em vez de ser um evento excepcional. Alguns dos crimes mais graves — violência e ataque sexual — são muito mais comuns do que se acreditava anteriormente.

¹²Sarah McLanahan e Gary Sandefur, *Growing Up With a Single Parent*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

¹³Ver Jock Young, *The Exclusive Society*. Londres: Sage, 1999.

Em lugar de evitar a questão da liberdade, deve-se colocar em discussão primeiro como deter o crime por meio de iniciativas comunitárias. Onde estão as linhas que dividem liberdade e regulamentação é uma questão controversa. Quando a vida das famílias se torna infeliz graças a grupos racistas de jovens, será que um toque de recolher nas ruas após uma certa hora contribuiria para as liberdades disponíveis, ou não? Será que devemos tentar experimentar, como sugeriram alguns, zonas de segurança urbanas nos bairros centrais das cidades, onde a vigilância e a saturação policial podem criar espaços públicos em que as pessoas consigam se relacionar? Até que ponto a vigilância eletrônica substitui o encarceramento ou o *surris* convencional? Embora estas questões sejam respondidas, a idéia de liberdade substantiva é o que importa — a que ponto regular alguns tipos de liberdade produz um resultado líquido na liberdade para as comunidades.

A liberdade substantiva, como veremos num próximo capítulo, deve ser ligada à capacidade social — à capacidade positiva de os indivíduos contribuírem para seu bem-estar e realização pessoal. Isto por sua vez pressupõe uma preocupação com as oportunidades e, mais especificamente, com a igualdade de oportunidades.

Os Novos Democratas e o Novo Trabalhismo são acusados de deslocar seus partidos para a direita. O que eles têm feito, contudo, é começar a se adaptar às mudanças que limitam a relevância das velhas ideologias. Eles têm mostrado que a esquerda deve ouvir as preocupações que perturbam o cidadão comum. A indiferença da esquerda tradicional a questões como o crime e o colapso da família prejudica sua credibilidade em outras áreas em que suas políticas são fortes. Os social-democratas fora da esfera anglo-saxônica não devem pensar que estas questões são irrelevantes para eles. Elas se refletem, na maioria dos países da Europa continental, no crescimento de novos partidos e na ascensão da extrema-direita. Os social-

democratas devem encontrar uma linguagem voltada para estas preocupações comuns. Os Novos Democratas e o Novo Trabalhismo têm demonstrado que “como a esquerda tem credibilidade em questões que tradicionalmente provocam suspeitas (...), os eleitores estão dispostos a ouvi-los sobre questões como a educação, a saúde e o ambiente, onde eles têm uma afinidade natural com suas posições”.¹⁴

A política da terceira via

Os fundamentos da política da terceira via, como eu a entendo, podem agora ser brevemente expostos. A terceira via:

1. Aceita a lógica de “1989 e pós-1989” de que, embora esquerda e direita ainda tenham lugar na política contemporânea, há muitas questões e problemas que esta oposição não ajuda mais a esclarecer. A atenção que a terceira via dá ao centro político se origina deste fato. Esta ênfase é completamente compatível com a alegação de que a política da terceira via deve envolver políticas radicais.

2. Afirma que as três mais importantes áreas do poder — o governo, a economia e as comunidades da sociedade civil — precisam ser restringidas no interesse da solidariedade e da justiça sociais. Uma ordem democrática, bem como uma economia de mercado eficaz, depende de uma sociedade civil florescente. A sociedade civil, por sua vez, precisa ser limitada pelas outras duas áreas.

O sociólogo Claus Offe apontou seis falácias que uma teoria política sofisticada deve evitar — aprendemos, ou devemos ter aprendido, muito sobre cada uma delas pela experiência das últi-

¹⁴Robert Philpot, “Why Bill Clinton is a hero”, *New Statesman* (19 de julho de 1999): 21.

mas décadas.¹⁵ O Estado pode se tornar grande demais e excessivamente estendido — os neoliberalistas tinham razão a este respeito. Mas onde o Estado é confinado demais, ou perde sua legitimidade, grandes problemas sociais se desenvolvem. O mesmo se aplica aos mercados. Uma sociedade que permite que o mercado se infiltre demais em outras instituições experimentará o declínio da vida pública. Aquela que não encontra espaço suficiente para os mercados, contudo, não será capaz de gerar prosperidade econômica. Da mesma forma, onde as comunidades na sociedade civil se tornam fortes demais, a democracia e o desenvolvimento econômico podem ser ameaçados. Todavia, se a ordem civil é demasiado fraca, um governo eficaz e o crescimento econômico são postos em risco.

3. Propõe construir um novo contrato social, baseado no teorema “não há direitos sem responsabilidades”. Quem lucra com os bens sociais deve usá-los com responsabilidade e dar algo em troca à comunidade. Visto como uma característica da cidadania, o aforismo “não há direitos sem responsabilidades” tem de ser aplicado a políticos e cidadãos, aos ricos e aos pobres, às empresas e ao indivíduo. Os governos de centro-esquerda devem se preparar para atuar em todas estas áreas.

4. Na esfera econômica, busca desenvolver uma ampla política de incentivos fiscais, que procure reconciliar os mecanismos de crescimento econômico com a reforma estrutural do *welfare state*. Na nova economia da informação, o capital humano (e social) torna-se essencial para o sucesso econômico. O cultivo destas formas de capital exige um investimento social extenso — em

¹⁵Claus Offe, “The present historical transformation and some basic design options for societal institutions”. Artigo apresentado ao seminário sobre “Sociedade e a Reforma do Estado”, São Paulo (26-9 de março de 1998). Recorro à discussão de Offe neste e em outros capítulos.

educação, comunicações e infra-estrutura. O princípio “onde quer que for possível, invista em capital humano” se aplica igualmente ao *welfare state* — que precisa ser reconstruído como um “Estado de investimento social”.

A criação de uma “nova economia mista” depende de um equilíbrio de regulamentação e desregulamentação, nacional e transnacionalmente. A velha esquerda atribui boa parte dos problemas do mundo às atividades das grandes empresas. O poder das corporações certamente precisa ser controlado pelo governo e por uma legislação internacional. Todavia, quando ninguém conhece nenhuma alternativa viável para uma economia de mercado, não faz sentido demonizar as corporações. A política econômica não deve tratar as considerações ecológicas como periféricas. A modernização ecológica é coerente com o crescimento econômico e algumas vezes pode ser uma de suas forças motrizes.

5. Busca fomentar uma sociedade diversificada baseada em princípios igualitários. A diversidade social não é compatível com um igualitarismo de renda fortemente definido. A política da terceira via, em vez disso, maximiza a igualdade de oportunidades. Contudo esta deve preservar também uma preocupação com a limitação da desigualdade de renda. A principal razão é que a igualdade de oportunidades pode gerar desigualdades de riqueza e renda — o que dificulta as oportunidades para as gerações subsequentes.

A desigualdade não pode mais, se pôde alguma vez, ser confrontada somente pelas transferências de renda dos mais ricos para os menos ricos. Algumas formas de providências de *welfare*, por exemplo, projetadas em parte para reduzir a pobreza, têm tido o efeito de criá-la ou de perpetuá-la. Além disso, o antigo “projeto de exclusão” que impulsionou a social-democracia — permitindo o acesso da classe trabalhadora à plena cidadania social, política e econômica — caducou. Os social-democratas hoje precisam combater formas mais novas de exclusão — nas faixas inferior e

superior da população. Na base, 5% ou mais da população estão arriscados a se tornarem apartados da sociedade — alguns, como os confinados em espígoes decadentes, são vítimas do *welfare state*. Na faixa superior, uma proporção equivalente, consistindo principalmente em gerentes e profissionais abastados, ameaça se afastar da sociedade, restringindo-se a “guetos de privilegiados”.

6. Leva a globalização a sério. Muitos autores e políticos, embora reconheçam a significância da globalização, concentram-se somente em políticas relativas a um plano nacional. Devemos reagir à mudança global nos níveis local, nacional e mundial. Os social-democratas da terceira via devem procurar transformar as instituições globais existentes e apoiar a criação de novas instituições. A esquerda, no passado, sempre foi internacionalista. Os socialistas costumavam defender a solidariedade internacional e foram os líderes na promoção do desenvolvimento econômico de países mais pobres — mesmo que as estratégias apoiadas por eles fossem em grande parte fracassadas. Hoje, ironicamente, a velha esquerda tornou-se isolacionista, algumas vezes se opondo a quase todo aspecto da economia global.¹⁶ A intensificação da globalização, contudo — que de qualquer forma vai bem além do mercado econômico — oferece muitos benefícios, que a política da terceira via deve ter como objetivo maximizar.

No restante do livro tentarei desenvolver em maiores detalhes cada uma das questões abordadas, começando pelos problemas do Estado, do governo e da política econômica.

3

O governo, o Estado e a estratégia econômica

A terceira via, o Estado e o governo

A esquerda tradicional, assim como muitos outros social-democratas, tende a atuar com base em uma concepção não conformada do Estado. Seu objetivo é substituir o máximo possível o mercado pelo poder do Estado a fim de alcançar as metas sociais. Os social-democratas modernizadores argumentariam com base em um ponto de vista diferente. Na esteira da influência retrógrada das filosofias de livre mercado, ressuscitar as instituições públicas é uma tarefa fundamental. Contudo não se deve identificar as instituições públicas apenas com o governo e o Estado. Após o declínio ou o colapso de outras “vias”, a política da terceira via deve buscar uma base diferente de ordem social.

Este ponto de vista pode ser descrito como *pluralismo estrutural*. As “opções de projeto” oferecidas pelas duas posições políticas rivais eram monísticas — elas queriam que ou o governo ou o mercado servisse como um meio de coordenar o domínio social. Outras têm se voltado para a comunidade ou a sociedade

¹⁶Alice H. Amnsden e Takashi Hikino, “The left and globalisation”. *Dissent* 46/2 (primavera de 1999): 7-9.